

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

LARISSA CORRÊA

**OS IMPACTOS DO CAPITALISMO NOS PROCESSOS DA REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA NO BAIRRO NOVA SANTA MARTA: UM OLHAR DO SERVIÇO
SOCIAL SOBRE O TEMA**

SANTA MARIA/RS

2019

Larissa Corrêa

Larissa Corrêa

**OS IMPACTOS DO CAPITALISMO NOS PROCESSOS DA REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA NO BAIRRO NOVA SANTA MARTA: UM OLHAR DO SERVIÇO
SOCIAL SOBRE O TEMA**

Trabalho de conclusão apresentado ao
Curso de Serviço Social, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção de
título de **Bacharel em Serviço Social**.

Orientadora: Dda. Luisa Fernandes Cordeiro

SANTA MARIA /RS

2019

Larissa Corrêa

Larissa Corrêa

**OS IMPACTOS DO CAPITALISMO NOS PROCESSOS DA REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA NO BAIRRO NOVA SANTA MARTA: UM OLHAR DO SERVIÇO
SOCIAL SOBRE O TEMA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção de título de **Bacharel em Serviço Social**.

Aprovado em 10 de dezembro de 2019

Luisa Fernandes Cordeiro, Dda. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Caroline Goercke, Dra. (UFSM)
(Banca)

Santa Maria, RS

2019

DEDICATÓRIA

Aos meus pais amados e ao meu filho Andréh

Porventura nem leiam este trabalho, porém dedico a eles que venero. Meus pais pessoas maravilhosas que através de sua sabedoria e simplicidade me conduziram até aqui, recebi de ambos o apoio material e o amor incondicional, me fortaleceram quando esmoreci. A eles eternamente grata!

Ao meu filho Andréh, o brilho dos seus olhinhos me alenta e me trás força para a superação desta etapa. Todo meu amor, carinho e dedicação para você meu filho, mamãe te ama.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Registro das primeiras barracas dos primeiros acampados na Fazenda Nova Santa Marta, 1991.	37
Figura 2– Bairro Nova Santa Marta, processo de Regularização Fundiária – Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.	38
Figura 3 Caminhada /Manifestação pela comunidade. Movimento Nacional de Luta pela Moradia, 2006.	39
Figura 4 Quadro da Evolução ocupada.....	41
Figura 5– Urbanização do Bairro Nova Santa Marta e localização das ruas.....	42
Figura 6 Painel geral dos cadastrados no programa habitacional do Município de Santa Maria	44
Figura 7– Folder informativo do projeto de intervenção na Nova Santa Marta.....	53
Figura 8– Dados do cadastro geral dos lotes já regularizados em fase de conclusão. ..	54

LISTA DE GRAFICOS

GRÁFICO 1– Atividades Profissionais dos Moradores da Fazenda Santa Marta em 1999.	
.....	40
GRÁFICO 2 Renda Mensal Familiar da População na Fazenda Santa Marta em 1999...	40

LISTA DE ABREVIATURAS

APP – Área de Preservação Permanente

AEIS – Área de Interesse Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CORSAN – Companhia Rio-grandense de Saneamento

CCQ – Círculos de Controle de Qualidade

CDRU- Concessão de Direito Real de Uso

EUA- Estados Unidos da America

FHC – Fernando Henrique Cardoso

MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado

MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia

OCDE – Organização para cooperação e desenvolvimento econômico

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PNH – Política Nacional de Habitação

PLHS- Plano Local de Habitação de Interesse Social

PDRE – Plano de Direitos de Reforma do Estado

PMCMV- Programa Minha Casa Minha Vida

PMHIS - Política Municipal de Habitação de Interesse Social

SHRF – Superintendência de Habitação e Regularização Fundiária

SDU – Secretaria de Município do Desenvolvimento Urbano

SHMC –Secretaria de Habitação do Ministério das Cidades

SNHS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

UNMP – União Nacional por Moradia Popular

AGRADECIMENTOS

Expressar os sentimentos para algumas pessoas parece algo simples, digolhes que me demorei um tanto, alguns dias a pensar a forma mais bonita de agradecer todas as pessoas que passaram por essa trajetória comigo.

Primeiramente agradeço a Deus que guiou meus passos e abençoou minhas escolhas até o momento, aos que estão no plano espiritual, de alguma forma torcendo pelas minhas conquistas.

Agradeço a família, pai e mãe pela vida pelo estímulo aos estudos, esse sonho é compartilhado com vocês, meu agradecimento eterno. Minhas avós Suely e Elvira mulheres à frente do seu tempo, não estão mais presentes neste plano por mim serão sempre lembradas, pois contribuíram para essa conquista, me capacitaram com cursos e me orientaram o valor do estudo e me empoderaram quanto mulher a realizar minha independência pessoal e financeira.

Agradeço ao meu filho Andréh, minha criança amada e alegre, você me impulsiona, me recarrega as energias, traz força e objetivos para continuar essa trajetória por nós, mas principalmente pelo teu futuro.

Agradeço ao meu amado esposo André Moura, sei o quanto é difícil entender o que a graduação significa para minha vida pessoal e profissional, mesmo com toda adversidade foi companheiro, muitas vezes paciente, foi o único braço financeiro para que eu pudesse realizar meus objetivos, infinitamente grata a você.

Agradeço minha primeira e estimada professora Ivone, que teceu o caminho do conhecimento, despertou a curiosidade, o lúdico e os questionamentos do cotidiano, na inocente infância.

Agradeço aos professores do Ensino Médio do Colégio Estadual Manoel Ribas, aos que me aproximei durante os três anos.

Agradeço ao Grêmio estudantil do Colégio Estadual Manoel Ribas no qual participei e me tornei mais crítica perante a conjuntura social.

Agradeço ao Cursinho pré – vestibular Totem aos professores e funcionários pelo comprometimento e acolhimento durante o processo de passagem.

Agradeço a Anelise Mattea pela amizade, cumplicidade, torcida e conferência dos gabaritos nos vestibulares, do Maneco pra vida és minha irmã do coração, que ao longo desses anos nosso laço fortifica-se.

Agradeço a Secretaria de desenvolvimento social, onde realizei minha primeira aproximação direta com a profissão, obrigada pela oportunidade querida gestora e assistente social Claudemara Tolotti.

Agradeço aos colegas queridos do Cadastro Único, pela parceria e o sorriso sempre confortante da amizade, em meio a visitas domiciliares e cadastros.

Agradeço a equipe do Serviço social e Arquitetura da Secretaria de habitação e regularização fundiária da prefeitura municipal de Santa Maria, no qual aprofundei os conhecimentos de uma forma mais direta com o exercício profissional.

Agradeço as minhas supervisoras de campo Michele Agnette Rodrigues e Sabrina Silva, obrigada em especial pelas orientações, discussões compartilhadas, avaliações de relatórios de estágio, por acompanhar e orientar essa etapa tão importante da minha formação profissional. Agradeço também a assistente social Luciana Wolf pelo acolher, pelo carinho, por colocar fé na autonomia de que o estagiário pode e deve evoluir.

Agradeço aos colegas de estágio extracurricular na Superintendência de habitação e regularização fundiária, obrigada pela amizade, pelas conversas sobre as demandas da profissão e nossas inquietações.

Agradeço a prezada professora Luísa Cordeiro de quem me aproximei realmente neste final de curso. Obrigada por aceitar me orientar, você caiu do céu! Conduzindo-me neste trabalho, esclarecendo minhas ideias e tranquilizando meu coração em cada orientação ou e-mail encaminhado.

Agradeço aos moradores do bairro Nova Santa Marta, pela contribuição no projeto de intervenção, pelas vivências na comunidade, pelo esclarecimento das ações do processo de regularização fundiária, pela acolhida ao bairro, pelo processo

histórico da ocupação, pela luta. Aos líderes comunitários, como Elisa e Eder Pompeo, sempre acolhedores.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Maria pelos anos de conhecimento, pelas inquietações ao longo destes anos. Agradeço aos professores em geral do curso de graduação em Serviço Social da UFSM com quem tanto aprendo. Agradeço aos servidores e terceirizados responsáveis pela manutenção de nossa universidade em tempos tão difíceis de cortes econômicos e ajustes salariais.

Diante deste, assumo meu compromisso de atuar pela defesa dos direitos da população vulnerável e pela superação da sociedade na conjuntura atual.

EPÍGRAFE

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias e a mercadoria individual como sua forma elementar (MARX, 1983, I, 1:45).

RESUMO

OS IMPACTOS DO CAPITALISMO NOS PROCESSOS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BAIRRO NOVA SANTA MARTA: UM OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TEMA

AUTORA: Larissa Correa
ORIENTADORA: Luisa Fernandes Cordeiro

O objetivo desta intervenção é analisar as expressões da questão social no contexto social do cotidiano dos usuários do programa habitacional da Regularização Fundiária na Superintendência de habitação e Regularização Fundiária-SUPHA. Busca conscientizar a importância da Regularização Fundiária através do olhar técnico do Serviço Social no bairro Nova Santa Marta situado na periferia do município de Santa Maria localizado na região central do Estado do Rio grande do sul. O Bairro Nova Santa Marta encontra-se a oeste da área urbana, sendo composto por sete vilas e uma população de 12.722 habitantes (IBGE, 2010). O Bairro caracteriza-se, historicamente, pela sua organização social, através da atuação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), constituindo-se em protagonista de um dos movimentos sociais mais organizados da região central do Rio Grande do Sul. Esta dissertação discute a historicidade do Capitalismo, a construção social das famílias ocupantes da Fazenda Santa Marta em 1991 (início da ocupação da antiga Fazenda Santa Marta). A utilização de dados bibliográficos e documentais permitiu a análise da *práxis* da sociedade a partir do Capitalismo e também da luta social desta comunidade, complementada com informações obtidas através de bibliografias e documentos. As condições socioeconômicas vivenciadas pelos ocupantes e a falta do Estado nas expressões da questão social. Como resultado desse trabalho, verificou-se a importância da ação do Serviço social mediando às expressões da questão social e o papel do Estado.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais, Serviço Social, Regularização Fundiária, Políticas Públicas, Questão social.

ABSTRACT

THE IMPACTS OF CAPITALISM ON THE REGULARIZATION PROCESSES IN BAIRRO NOVA SANTA MARTA: A SOCIAL SERVICE LOOK AT THE THEME

AUTHOR: Larissa Correa
ADVISOR: Luisa Fernandes Cordeiro

The objective of this research is to analyze the expressions of the social question in the social context of the daily life of users of the housing program of Land Regularization in the Housing Superintendence and Land Regularization-SUPHA. It seeks to raise awareness of the importance of Land Regularization through the technical look of Social Work in the Nova Santa Marta neighborhood located on the outskirts of the municipality of Santa Maria located in the central region of Rio Grande do Sul State. urban area, consisting of seven villages and a population of 12,722 inhabitants (IBGE, 2010). The neighborhood is historically characterized by its social organization, through the action of the National Movement for Struggle for Housing (MNLM), becoming a protagonist of one of the most organized social movements of central Rio Grande do Sul. This dissertation discusses the historicity of Capitalism, the social construction of the families occupying Santa Marta Farm between 1991 (beginning of the occupation of the old Santa Marta Farm. The use of bibliographic and documentary data allowed the analysis of the praxis of society from Capitalism and also the struggle community, complemented by information obtained from bibliographies and documents The socioeconomic conditions experienced by the occupants and the lack of state in the expressions of the social issue As a result of this work, it was verified the importance of the action of the Social Work mediating the expressions of the social issue and the role of the state.

Keywords: Social Movements, Social Work, Land Regularization, Public Policies, Social Issues.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVO GERAL.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 A PRODUÇÃO DE MERCADORIAS NOS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BAIRRO NOVA SANTA MARTA.....	19
2.2O ESTADO E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DE NEOLIBERALISMO	25
2.3 OS LIMITES E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL	29
2.4 CONTEXTUALIZANDO A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO: O DIREITO A MORADIA NA REGIÃO DA NOVA SANTA MARTA: A INTERFACE COM O SERVIÇO SOCIAL.....	36
2.5 A SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	48
2.6 DESCRIÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO E RESPECTIVAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM ESTÁGIO II.....	51
3 METODOLOGIA.....	52
3.1 RECURSOS HUMANOS.....	52
3.2 CRONOGRAMA.....	53
3.3 RESULTADOS ALCANÇADOS:	54
3.4 ORÇAMENTO:.....	54
3.5 PRODUTO E AVALIAÇÃO PROPOSITIVA DO PROCESSO DE TRABALHO NO ESTÁGIO II.....	54
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso(TCC) é um requisito do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Está fundamentado no relato de experiência do estágio em Serviço Social junto a Superintendência de Habitação e Regularização Fundiária (SHRF) da Prefeitura Municipal de Santa Maria. O estudo abordará o processo de ocupação,o movimento da luta pela moradia, cotidiano das famílias e as expressões da questão social no bairro Nova Santa Marta. Através das disciplinas de Estagio em Serviço Social I e II é realizada a primeira aproximação como o Tema em estudo, ofertadas nos semestres VIII e IX do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria.

A Mediação Profissional, do Serviço Social com as Políticas Sociais pode-se entender como algo entrelaçado, que extrapola o trabalho do profissional de Serviço Social por haver muitas competências e habilidades distintas. A vivência em sociedade trás enfrentamentos diários, se nasce, compartilha-se, divide-se o conhecimento e as emoções onde cria-se laços e aprende-se que a existência humana se realiza através da sociedade.

Inserem-se os indivíduos em grupos, familiares, de amigos, trabalho, religião, escola etc., com participação ativa ou não.Mas ainda está interligado em grupo,em rede, através de programas sociais, o objetivo se baseia no reconhecimento em recursos digitais e tecnológicos. À medida que exerce a função no grupo social,exerce-se relações de poder,de pertencimento.

O projeto de intervenção foi desenvolvido com o mesmo propósito no Bairro Nova Santa Marta para auxiliar na divulgação da Regularização Fundiária do Município de Santa Maria se propôs através da informação sobre o que é a Regularização Fundiária e a busca ativa dos usuários do cadastro habitacional em parceria do CRAS Oeste sob a supervisão do Assistente Social de ambos espaços, também o trabalho foi desenvolvido com líderes comunitários,voluntários,e estagiário.Através do trabalho em conjunto foi possível identificar o contexto social e o cotidiano dos moradores do Bairro Nova Santa Marta na perspectiva de conscientizar a importância da Regularização na garantia dos direitos na constante busca dos direitos documentados e legitimados.O texto procura entender não apenas o contexto cotidiano das famílias, mas também a historicidade do

Capitalismo. O trabalho se apoiará em conhecimentos construídos durante a formação acadêmica e profissional, na vivência teórico-prática (desenvolvida na SHRF entre novembro de 2018 a novembro de 2019) e nas contribuições de autores que abordam esta realidade em uma perspectiva crítica.

Desta maneira, e no intento de contribuir para a construção de um olhar do Serviço Social sobre a questão social dos municípios do bairro Nova Santa Marta, o presente trabalho buscou relatar o direito à moradia, a luta dos movimentos de luta pela moradia, que dentro das expressões sociais poderá discorrer em valor de uso, em luta partidária, consoante ao neoliberalismo e às políticas públicas voltadas a população que fez a maior ocupação organizada na Fazenda Nova Santa Marta no município de Santa Maria/RS.

Busca-se compreender o contexto das famílias e o olhar do Serviço Social nos processos da Regularização Fundiária na Superintendência de Habitação, desde sua ocupação quando não existiam políticas públicas habitacionais, o preconceito que os ocupantes sentiram na própria pele, o pertencimento, acolhimento para a desconstrução do preconceito com projetos em escolas. Nesse sentido, ao objetivar entender e sistematizar não apenas as informações sobre a SHRF, mas também sobre o direito à moradia e as expressões da questão social que fazem esse Direito discorrer em valor de uso, no capítulo I abordará a Produção de Mercadorias nos processos de Regularização Fundiária no Bairro Nova Santa Marta faz-se um estudo sobre a historicidade do capital e mercadoria, o Estado e as políticas sociais no contexto de neoliberalismo, e os limites e possibilidades de intervenção do Serviço Social nas Expressões da Questão Social.

A seguir, discorrer-se-á, no capítulo II, acerca do direito à moradia na Região Nova Santa Marta: A interface com o Serviço Social acerca da evolução das políticas públicas brasileiras, a fim de evidenciar as políticas para habitação desde a ocupação até os dias atuais. Na sequência será apresentada a Superintendência de Habitação, os objetivos, serviços prestados, recursos, público alvo, enfatizando o campo de trabalho do assistente social e seus processos de trabalho de dentro da instituição.

Contudo o trabalho exercido pelo Assistente social na SHRF tem firmado em seus fundamentos históricos e teóricos metodológicos subsidiados por valores e princípios éticos, sendo preciso reforçá-los a cada dia para firmar seu importante papel no espaço da Superintendência de Habitação. Desenvolve-se através do

acompanhamento social das famílias encaminhadas aos programas Habitacionais de Interesse social, além dos cidadãos cadastrados no sistema da Superintendência de Habitação, encaminhados internos e externos tendo a principal demanda por moradias, orientações e encaminhamentos a outros programas sociais disponíveis no município, visando à busca da aplicabilidade do direito à moradia.

1.1 OBJETIVO GERAL

A presente intervenção permeia um objetivo geral que será apresentado a seguir :

Analisar o contexto social do cotidiano dos usuários dos programas habitacionais. Em busca de conscientizar a importância da Regularização Fundiária no bairro Nova Santa Marta, no qual garante o direito à moradia no município de Santa Maria.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1A PRODUÇÃO DE MERCADORIAS NOS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BAIRRO NOVA SANTA MARTA

Considera-se nesse estudo que serão realizadas análises sociais que permeiam o cotidiano das famílias, do bairro Nova Santa Marta, as mesmas contribuem para que o direito de moradia transcorra em produção de mercadorias. A partir do contexto histórico da relação do indivíduo com o cenário social e econômico é possível realizar uma análise histórica do capitalismo para firmarmos as configurações que a comunidade de uma maneira geral foi assumindo ao longo de 28 anos, decorrente do assentamento na Fazenda Nova Santa Marta.

Nascemos, crescemos e vivemos (e morreremos) em meio a mercadorias aprendemos comprar e a vender- para isso, usamos o dinheiro e desde a infância sabemos que a riqueza se expressa pela abundancia de mercadorias (que, com o dinheiro ,podemos comprar),assim como a pobreza se manifesta por sua carência (quando não temos dinheiro pra compra-las).E se algum dia colocarmos tudo isso em questão ,haverá alguém, ao nosso lado ,falando com a “voz da experiência”, a espantar as nossas duvidas, dizendo–nos que sempre foi assim.(NETTO,2006, p.78-79).

Entre os séculos XV e XVI a burguesia cresce sua fortuna enormemente, funda o modo de produção capitalista, surge à constituição de uma classe de homens para que as fortunas pudessem comprar meios de produção e força do trabalho. Em torno de uma classe despreparada, desprovida, que trouxe somente a força de trabalho em seus braços surge duas classes sociais é o revés do processo histórico que resultou na acumulação de bens de forma primitiva, tal processo provocou que as classes se encontrassem. A acumulação de forma primitiva desencadeou a expulsão dos camponeses das terras, onde a propriedade da terra concentrou-se nas mãos de poucos, deslocando os mesmos as cidades, desprovidos de tudo portando somente a força de trabalho e firmando o capitalismo e a produção de mercadorias.

Mas historicamente ,quando até a força de trabalho se converte em mercadoria ,esta posta a possibilidade de mercantilizar o conjunto de relações sociais - isto é : não somente introduzir a logica mercantil (compra e venda) em todas as relações econômico - materiais mas, também ,de generalizá-la as outras relações sociais.(NETTO,2006, p.85).

Segundo Netto(2006),a necessidade humana faz com que a mercadoria se configure como um objeto externo, material ou espiritual. As sociedades necessitam

do cambio resultante na produção de bens, que são valores de uso tornando-se dependente da produção dos valores. A mercadoria é o produto do trabalho, mas nem sempre tudo que resulta do trabalho é mercadoria. Ela somente será valor de uso, se for reproduzida mais de uma vez, produzida para a troca e para a venda. Então torna-se uma unidade que sintetiza valores de uso e valores de troca. Através dessa produção é importante existir a divisão social do trabalho devendo se articular com a propriedade privada dos meios de produção. Na falta da divisão do trabalho e a propriedade privada não existirá produção mercantil ou produção de mercadorias.

As primeiras formas de produção mercantil surgem no século XIII quando a sociedade primitiva se fragmenta, desenvolve-se o modo de produção escravista e o modo de produção feudal, ambos atribuindo a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção. No modo de produção escravista os artesãos trabalhavam como homens livres e parte do excedente produzido poderia ser trocado pelos seus proprietários. No feudalismo os artesãos aumentam seu contingente, e as mercadorias somam ao excedente produzido pelos camponeses para destinar a troca.

A produção mercantil, surgindo já sob o escravismo e desenvolvendo-se no feudalismo, especialmente a partir do século XIII, supõe, como vimos, a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção. Sob o escravismo, ela resultava principalmente da atividade dos artesãos (que desfrutavam da condição de trabalhadores livres), embora parte do excedente produzido pelos escravos pudesse ser trocada pelos proprietários (NETTO, 2006, p.81).

Essa produção de mercadorias é denominada como produção mercantil simples, onde se aponta dois apoios, o trabalho pessoal dos artesãos e os mesmos serem proprietários dos meios de produção no qual empregavam. Logo o desenvolvimento do comércio contribuiu para alteração da produção mercantil simples, pois os mercados locais perderam a importância com a ampliação das rotas comerciais. Sendo assim o produtor não garantia a posse do dinheiro, o dinheiro era exclusivo pra troca serve como intermediário entre as mercadorias distintas. Com o aumento da demanda de mercadorias e a expansão do dinheiro modificou as condições da produção mercantil simples.

Os mercados tornaram-se maiores e afastados de modo que os comerciantes se colocassem em meio aos produtores e consumidores. Não existia controle dos comerciantes sob a produção, pois encontravam a mercadoria por preços mais

baixos e revendiam por preços altos, nesse período agregaram as ações de venda, pirataria e saques com o ideal de acumular valores. Os comerciantes não participavam da produção das atividades, eles lucravam através do que compravam e revendiam, surge a produção mercantil capitalista.

Com a demanda de mercadorias aumentada e com a expansão do emprego do dinheiro, foram se modificando as condições gerais que contextualizavam a produção mercantil simples. A ampliação das atividades comerciais e a constituição de mercados cada vez maiores e afastados alterou aquele quadro. De um lado, os comerciantes se introduzem entre os produtores e os consumidores – a circulação das mercadorias se torna mais complexa (NETTO, 2006, p. 82).

Tal produção onde o capitalista é o proprietário do meio de produção, mas não o trabalhador, é ele que compra a força de trabalho mediante ao salário, com os meios de produção e produz mercadorias, não possui trocas nesse meio. Pois o lucro capitalista se dá pela constante produção e controle do mesmo. A produção mercantil capitalista fundamenta-se sobre o trabalho assalariado e não apenas da produção de mercadorias. Através do modo de produção capitalista surgem sujeitos determinados, o capitalista ou burguês dono dos meios de produção e dispõe de dinheiro, e aquele que vende a sua força de trabalho como mercadoria, o proletário.

Entende-se que a partir de quando se converte força de trabalho em mercadoria é possível mercantilizar as relações sociais, generalizar a outras relações sociais, ao ponto que tudo será objeto de compra e venda destes objetos ao cuidado humano, assim caracterizado como modo de produção de mercadorias. Era possível gerar uma classe de homens no qual sua força de trabalho fosse passível para compra e venda. O surgimento das classes sociais contribuiu para o processo de acumulação primitiva que se deu na Inglaterra por meio brutal e sanguinário, onde expulsa os camponeses das terras para a transformação das mesmas em pastagens, a propriedade da terra estava nas mãos de poucos, a grande concentração de camponeses deslocada para as cidades serviria de mão de obra, resultando logo depois na classe operária.

O capitalismo se dá na organização da sociedade na qual a terra e os meios de produção pertencem a uma minoria, enquanto a grande parcela do povo não possui nenhuma. A sociedade ao longo do tempo se tornava burguesa, mas com sua ordem política feudal.

É através da mercadoria, que compreendemos melhor os processos do capitalismo, o seu valor e seu fetichismo. O valor da mercadoria se dá pela quantidade de trabalho para a produção o que é socialmente necessário expresso em dinheiro aparecendo como preço, portanto a lei do valor passa a regular as relações econômicas quando a produção mercantil se universalizou sob o capitalismo, onde serve como regulador efetivo da produção e da repartição do trabalho.

A lei do valor é, no âmbito da produção de mercadorias, o único regulador efetivo da produção e da repartição do trabalho e funciona à revelia dos homens, como algo completamente fora do seu controle, no modo de produção capitalista, ela comparece nos mecanismos das crises econômicas (NETTO, 2006, p.91).

A mercadoria é regulada por uma lei que não está no controle consciente dos homens sobre a produção, a mercadoria criada pelos homens os domina, a mercadoria ou a criatura revela um poder passando a subordinar o criador essa forma de poder autônomo que a mercadoria exerce sob o seu produtor, Marx chama de fetichismo essa forma de poder. Explicam-se, como as relações sociais são encaminhadas pelo poder:

A essa forma fantasmagórica, a esse poder autônomo que as mercadorias parecem ter e efetivamente exercem em face dos seus produtores, Marx chamou de fetichismo da mercadoria. (NETTO, 2006, p.92)

Na contemporaneidade o capitalismo se configura no século XX e predominantemente dos monopólios, através do fim dos “anos dourados” e a profundidade da crise o capital monopolista se depara com a transição que resulta ao decorrer dos anos em mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais. É possível dizer que o capitalismo contemporâneo integra a terceira fase do estágio imperialista no qual resulta em alterações na economia e profundidade na crise.

Com efeito, a profundidade da crise que, na transição da década de sessenta à de setenta, pôs fim aos “anos dourados” levou o capital monopolista a um conjunto articulado de respostas que transformou largamente a cena mundial: mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais ocorreram e estão ocorrendo num ritmo extremamente veloz e seus impactos sobre Estados e nações mostram-se surpreendentes para muitos cientistas sociais (NETTO, 2006, p.211-212).

O prolongamento do imperialismo se dá pelo modo de funcionamento do capitalismo, financeiro e rentista constituindo o quadro político e institucional sob o apoio dos EUA. O capital domina absoluto no fim dos anos de 1980, pois nenhuma transformação estrutural seria pensável e desejável (Netto,2006, p.212). A ilusão chega ao fim com a “crise dos anos dourados” rompendo a ilusão do “capitalismo democrático com a decisão dos EUA de desvincular o dólar do ouro, descumprindo o acordo de Bretton Woods, acordo que foi realizado pós Segunda Guerra Mundial. A partir do colapso do ordenamento financeiro mundial e o choque do petróleo, alta dos preços, redução do ritmo de crescimento, queda das taxas de lucro. É um cenário de enormes desigualdades sociais e promessas aos trabalhadores “sociedade afluyente” assegurados na proteção social pelo *Welfare State*, visando o consumo em massa do maior símbolo deste século o automóvel.

Aparentemente, o Taylorismo - fordismo e o Keynesianismo, feitos um para o outro, consolidaram o “capitalismo democrático”: a produção em larga escala encontraria um mercado em expansão infinita e a intervenção reguladora do Estado haveria de controlar as crises .Anunciava –se um capitalismo sem contradições ,apenas conflitivo – mas no quadro de conflitos que seriam resolvidos a base do consenso, capaz de ser construído mediante os mecanismos da democracia representativa(NETTO,2006, p.212).

No processo pós-guerra nos anos de 1974-1975, registra-se o fim da ilusão dos anos dourados e uma recessão generalizada envolvendo as grandes potencias imperialista, onde se constatou as quedas nas taxas de lucro, as crises voltam a permanecer por longo tempo. Com o crescimento reduzido era preciso restaurar as taxas de lucro e com a reestruturação do capital se torna possível através da reestruturação produtiva a financeirização e a ideologia neoliberal.

A recessão generalizada de 1974-1975 acende o sinal vermelho para o capital monopolista que, a partir de então, implementa uma estratégia política global para reverter a conjuntura que lhe é francamente negativa(NETTO,2006, p.215).

Diante ao movimento de desconcentração industrial, o Capital promove a desterritorialização da produção, as unidades produtivas são deslocadas para outros espaços áreas subdesenvolvidas para que a produção de trabalho seja mais intensa e com baixo preço, por não haver proteção do trabalho e luta sindical esse caráter domina a dinâmica capitalista. A base produtiva se desloca rapidamente essas implicações deste deslocamento diz respeito ao trabalhador coletivo, a força

de trabalho e a gestão da força de trabalho. O processo expande as fronteiras do trabalhador coletivo com operações mais amplas e complexas para a produção material chamado de trabalho imaterial. A força de trabalho diretamente ligada a produção dos trabalhadores requer qualificação mais alta, ser qualificado e polivalente.

A gestão da força de trabalho, em sua organização ocorre de maneira reciclada com controle na força de trabalho pelo capital, busca a capacitação e o envolvimento profissional. Por sua vez o capital quebra a consciência de classe trabalhadora recorre ao discurso de que a empresa é seu “lar” agora os operários são denominados colaboradores. Todo processo implementado pelo capital visa o objetivo de reverter a queda da taxa de lucro e tecer novas condições de exploração da força de trabalho, e todas elas caem sobre os trabalhadores, a partir de precarização do trabalho, redução de salários, obriga o trabalhador alcançar a sua sobrevivência paralela com outras ocupações. A flexibilização do trabalho não ampliou as oportunidades de emprego essa argumentação foi desmentida pois em países que a força de trabalho foi flexibilizada cresceu o desemprego.

O capitalismo contemporâneo, o mercado de trabalho foi substantivamente alterado: com a reestruturação produtiva, nas grandes empresas o conjunto de trabalhadores qualificados e polivalentes que mencionamos há pouco e que dispõem de garantias e direitos constitui um pequeno núcleo, o grosso dos trabalhadores, conformando uma espécie de anel em torno desse pequeno núcleo, muitas vezes esta vinculado a outras empresas (mediante a terceirização de atividades e serviços) e submetido a condições de trabalho muito diferentes das oferecidas aquele núcleo – alta rotatividade, salários baixos, garantias diminuídas ou inexistente etc. (NETTO, 2006, p.219).

Sendo assim, diante desses elementos apresentados no subitem anterior, entende-se que o modo de produção capitalista tem forte influência e é determinante no modo e como de vida dos homens e mulheres, ou seja, da sociedade civil. Desse modo, se faz importante a discussão sobre Estado, políticas sociais e as políticas neoliberais no Brasil, sabendo de suas intervenções diretas não só, na produção e reprodução da vida, mas também na construção e manutenção dos direitos sociais.

2.20 ESTADO E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DE NEOLIBERALISMO

O Estado Social em tempos neoliberais pós 1970, foi um mediador da regulação das relações capitalistas, estigma o progresso das ideias neoliberais. A crise se estabeleceu como o resultado do poder em excesso dos sindicatos e do movimento operário, os índices de crescimento reduzidos fomentaram as críticas neoliberais. O neoliberalismo surge logo após a Segunda Guerra Mundial, como uma oposição ao Estado intervencionista com propósito de combater o Keynesianismo e o solidarismo para que possa discutir o capitalismo, livre de regras para o futuro.

Os neoliberais defendiam argumentos contra a proteção social pelo Estado Social, pois as políticas de redistribuição prejudicavam o desenvolvimento econômico, aumentando por sua vez o consumo e diminuindo os investimentos da população.

Com base em tais argumentos, os neoliberais defendem uma programática em que o Estado não deve intervir na regulação do comércio exterior nem na regulação de mercados financeiros, pois o livre movimento de capitais garantiria maior eficiência na redistribuição (NAVARRO,1998). Sustentam a estabilidade monetária como meta suprema, o que só seria assegurado mediante a contenção dos gastos sociais e a manutenção de uma taxa “natural” de desemprego, associada a reformas fiscais, com redução de impostos para os altos rendimentos (Anderson,1995:11). (BEHRING-BOSCHETTI,2006, p.126).

A superioridade neoliberal não se fez capaz de suprir a crise do capitalismo na década de 1980, pois não houve alterações nos índices de recessão, crescimento econômico. As decisões efetivadas tiveram consequências destruidoras para a vida dos trabalhadores, como o aumento do desemprego, redução de salários pelo aumento da mão de obra e, o fim de postos de trabalho. O desemprego aumentou em quase todos os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nos anos 1980 e 1990, pela redução da criação de novos empregos, pela destruição dos postos de trabalho. As desigualdades sociais aumentaram motivadas pelo aumento do desemprego, redução nos gastos públicos com sistemas de proteção social e aumento dos impostos regressivos para a classe trabalhadora. No Brasil não havia uma boa estimativa para as políticas sociais apesar de muitas conquistas da constituição de

1988, pois as condições econômicas eram cada vez mais desfavoráveis facilitando a reforma do Estado Brasileiro e das políticas sociais.

Apesar do ascenso das lutas democráticas e dos movimentos sociais, que apontavam condições políticas e uma base de legitimidade forte para a realização das reformas efetivas, muitas contratendências se interpuseram a essa possibilidade (BEHRING-BOSCHETTI, 2006, p.147).

A partir dos anos de 1990 até os dias atuais existe a contrarreforma do Estado e o redirecionamento das conquistas da constituição de 1988 em meio ao desemprego e a violência. É instalada no país a contra-reforma neoliberal e o abalo na política social as mudanças dessa apreensão do marco real e as circunstâncias reais no neoliberalismo e a brutalidade deste contexto. Propagou-se ao longo dos anos de 1990 a campanha em torno das reformas, na era FHC foi possível ser notada pelas características já vindas da era Collor. As reformas orientadas eram resultado de uma crise econômica e social oriundas dos anos de 1980. A partir deste tomam as reformas com privatizações e ênfase na previdência social, havendo a desconsideração da constituição de 1988 no que se trata de seguridade social, visando o documento da carta de constituição como atrasada e desperdiçadora a fim de investir no projeto inovador para a modernidade, compondo como documento norteador o Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE) formulado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE).

A reforma não vislumbrava saber o sentido a ser tomado, esteve diante de uma ação totalmente ideológica reformista, utilizando deste recurso para que qualquer mudança se justifica como reforma, em contra partida não se importava com as consequências sócio históricas. É nesse período da história brasileira que os movimentos operários socialistas, e de luta pela moradia se tornam mais fortes como debate do neoliberalismo e, tendo como argumentos a qualidade de vida e trabalho dos trabalhadores para a grande parcela da população. Ao mesmo tempo em que discordamos dos processos das reformas são recursos de resistência e um patrimônio de esquerda.

E o que ocorreu nos anos de 1990? Vivenciamos naquela década, e principalmente a partir da instituição do Plano Real, em 1994 algo bastante diferente desse crescimento mal dividido do tão criticado desenvolvimentismo. Houve o desmonte e a destruição e uma espécie de reformatação do Estado Brasileiro para a adaptação passiva a lógica do capital. (BEHRING-BOSCHETTI, 2006, p.151).

As medidas tomadas fizeram o país evoluir em alguns setores e estagnar em outros e até mesmo retroceder. O centro de toda a reforma trás inadequação entre o discurso da reforma e a política econômica. Aponta-se o Estado como o culpado pela crise e se implora a sua reformulação. Os aspectos que levaram serviram de justificativa para a produção de processos da privatização, como atrair mais capital, redução da dívida externa e interna, melhoria nos serviços. As estatais nesse período lucraram após as privatizações por meio dos aumentos de preços de tarifas, pelas demissões em massa e pelas dívidas assumidas pelo governo. Este que também assume os fundos pensões e aposentadorias.

Em 1980 há uma taxa de lucro restabelecida e uma taxa de crescimento em queda ou flutuante. Em 1970 há uma queda das duas taxas. As políticas Keynesianas tem impacto na época com recuo das duas taxas entre os países. Em 1980 novo período com ascensão dos Neoliberais nos EUA e Inglaterra visam restaurar o lucro. Atingem os objetivos nos principais países capitalistas e conquistam uma pequena ascensão das taxas de crescimento acentuado pela queda do muro de Berlim. Esse clima durou pouco com a recessão na primeira metade dos anos 1990 foi marcada pela desconexão entre a taxa de lucro e de crescimento. identifica o recuo na produtividade dos fatores entre os anos de ouro e o período neoliberal. Outro indicador é o crescimento máximo do salário real compatível com a manutenção da taxa de lucro.

A lei da queda da taxa de lucro, combina com análise marxista tentando fugir das hipóteses do colapso inelutável do capital. Se manifesta pela difícil opção de escolhas; uma partilha desfavorável para os assalariados ou uma inercia da relação salarial. Assim a crise é de produtividade e das formas institucionais de que reveste o capitalismo. Cada crise combina um problema de saídas de escoamento com problemas de valorização do capital. A inovação tecnológica está associada as ondas longas. As lutas de classes são internas e as saídas e entradas em crise tem a ver com uma radical historicidade do capitalismo. A discussão regulacionista permite que um sistema capitalista adquira semelhança de ordem para funcionar de modo coerente por um período.

As considerações para analisar o balanço da miséria para os trabalhadores do capitalismo contemporâneo. Na onda longa expansiva referida articulação entre salárioreal, produtividade de trabalho e eficácia do capital assegurou a realização do valor. Na onda longa depressiva acumulação desigual, o salário real permaneceu

constantemente fracamente crescente significa que os ganhos de produtividade são apropriados como mais-valia. O problema clássico marxiano do modo de partilha do valor acrescentado é elemento necessário para entender a passagem de uma onda para outra. Alguns processos essenciais caracterizam o capital atual. O esgotamento da procura dos bens fordistas e a acumulação capitalista que não depende da capacidade de assegurar condições.

Os anos 1980 foram marcados por uma revolução tecnológica e organizacional tratada como reestruturação produtiva. Corrida tecnológica em busca de diferencial de produtividade como fonte dos superlucros característica central e geração de desemprego crônico. O desemprego implicou uma atitude defensiva, resistência operária e popular, desorganização política. Segundo a assertiva neoliberal estavam com excesso de poder e privilégios na forma de direitos sociais.

Combinam-se aos processos anteriores os ajustes neoliberais especialmente com o novo perfil das políticas económicas e industriais desenvolvidas pelos Estados nacionais como um novo padrão da relação Estado/Sociedade civil. Com implicações para o desenvolvimento de políticas públicas e sociais. Cabe caracterizar os impactos dessa reação burguesa na política social considerando a questão social e condições da luta de classes. A desestruturação do *Welfare State* em tempos Neoliberais

A mundialização do capital marca um período de esgotamento da perspectiva de regulação Keynesiana das relações económicas, políticas e sociais e do compromisso firmado entre grupos e classes sociais para obter crescimento económico, com impacto na estrutura das desigualdades sociais que é possível através de políticas sociais amplas e universais.

Ao fazer o balanço do neoliberalismo é possível afirmar que este surgiu logo após a Segunda guerra mundial como reação ao Estado intervencionista e de Bem-Estar. O propósito era combater o Keynesianismo e solidarismo e preparar as bases para outro tipo de capitalismo, duro, livre de regras para o futuro.

Com base nos argumentos, os neoliberais defenderam uma programática em que o Estado não deve intervir na regulação do comércio exterior nem na regulação de mercados financeiros pois o livre movimento garantiria maior eficiência. A hegemonia neoliberal não foi capaz de resolver a crise do capitalismo nem alterou os índices de recessão e baixo crescimento económico. As medidas tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora.

2.3OS LIMITES E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

A questão social, trata-se de o conjunto de expressões da desigualdade da sociedade capitalista é a base de todo o trabalho do serviço social onde a produção social é coletiva apesar da apropriação dos resultados manter-se privada, por uma parte da sociedade. Vivemos na era da globalização onde é possível ter acesso a mercadorias de vários países o que significa que a força de trabalho por sua vez esta cada vez mais coletiva que contrasta com a desigualdade na distribuição dos lucros entre grupos e classes sociais, esbarrando na ação do Estado e dos governos.

O determinante da “lei geral de acumulação capitalista” para nos mostrar que a questão social em sua gênese, só pode ser explicada a partir do movimento de acumulação e reprodução do capital, sendo que sua constituição é marcada pela emergência do pauperismo e dos processos sócio-políticos de luta e organização da classe trabalhadora durante a terceira década do século XIX nos países centrais do capitalismo. Historicamente, esse período de consolidação da existência da relação capital x trabalho foi marcado pelas lutas revolucionárias de 1848 que explicitaram o antagonismo entre as duas classes fundamentais do modo de produção capitalista. Em 13 de maio de 1888 aboliram a escravatura, pois o comércio de pessoas negras não estaria mais rentável, então aboliram a escravidão.

Após 131 anos sabemos que ainda existe trabalho escravo que existem aqueles que trabalham em frigoríficos de carnes suínas, bovinas e aves que possuem lesões do trabalho repetitivo, ocasionando tendinites, depressão e mutilações. Das pessoas que trabalham na construção civil que são mal remunerados e sem condições de trabalho, as crianças que trabalham na exploração do Sisal, que quebram pedras, as que trabalham em confecções de roupas, calçados, que se prostituem sexualmente, entre outros trabalhos que não possuem uma fiscalização a escravidão segue mascarada. O princípio da formação social brasileira tem como marco a instauração do Brasil colônia sob o domínio da coroa portuguesa.

A colonização está marcada em três fases, a instalação do Governo Geral, o período da mineração durante o século XVIII e o período de crise deste modelo colonial determinado pela expansão da produção capitalista. Teve uma economia

sustentada nas grandes propriedades rurais, de agricultura predatória e desigual, extermínio da população indígena e princípio da prática política na associação dos interesses públicos com o privado. No período monárquico entre 1822 e 1889 as principais características a expansão da cafeicultura sob o molde agroexportador utilizando a mão de obra escrava até 1850, a necessidade era de força de trabalho assalariada e aliada a questão social, a questão de ampliar a economia para outros setores no sentido de garantir expansão e acumulação de capital, as lutas e resistência negra no país e a pressão internacional exercida pela Inglaterra do ponto de vista político e econômico levaram a abolição em 1888 e Proclamação da República em 1889 (Santos, 2018).

É uma contradição a sociedade capitalista que está entre o trabalho do coletivo e a apropriação privada. Se torna redundante o homem, trabalhador ter acesso a natureza, ciência a fim de desenvolver ações produtivas do trabalho social e contrapondo cresce a distância do acúmulo do capital, faz que cresça a miséria, desemprego, pauperização atinge a grande massa, inclui países desenvolvidos. O trabalho do serviço social, do assistente social encontra-se ativo em variadas expressões do cotidiano na questão social, pois os usuários estão inclusos no trabalho, na família, na habitação, na saúde, na assistência social pública, entre outros. A questão social é uma forma de rebeldia, pois envolve o usuário as desigualdades e eles a essas desigualdades resistem e se tornam contrários.

É nessa tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2012 p.28).

É preciso novamente pensar sobre questão social, pois as bases da produção sofrem transformações com o padrão da acumulação do capital. Durante o pós-guerra durante os anos de 1970, foi o marco de uma grande expansão econômica capitalista, sob o apoio da produção de bases taylorista e fordista como tática de organização nos processos de trabalho.

A organização fordista implicava na produção em série, em massa para um consumo. Essa organização era rígida e separava as tarefas entre executores e planejadores, trabalho fragmentado. Construindo a figura do operário. Desse modo o Estado busca canalizar o fundo público, para o financiamento de capital quanto para a força de trabalho. Para atingir metas é importante existir uma política voltada para

expandir o emprego. Surge a meta keynesiana do pleno emprego que mantém o padrão salarial, optando pela negociação com representantes sindicais. O Estado viabilizou salários indiretos por meio de políticas sociais, realizou rede de serviços sociais para ser possível liberar parte da renda da população para o consumo e dinamização da economia. Esse tipo de movimento possibilitou conquistas no que se trata de bem estar social, já o Brasil não experimentou o mesmo sentimento. O desenvolvimento do trabalho do serviço social ocorre no padrão taylorista/fordista e na regulação keynesiana da economia.

As tendências do mercado de trabalho, apontadas por inúmeros estudiosos, indicam uma classe trabalhadora polarizada, com uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma larga parcela da população com trabalhos precários, temporários, subcontratados etc. (IAMAMOTO, 2012 p.32).

O quadro da atual sociedade brasileira reforça a insegurança no emprego, na renda, na contratação, na representação do trabalho, na organização sindical, chama-se a atenção para a desordem de uma maneira geral, visando o desemprego e os quadros mais graves que essa conotação assume, resultado das novas tecnologias persiste o desemprego e as relações de trabalho comandadas pela violência, luta pela terra, relações de trabalho clandestinas para adquirir os ares da modernidade. As mudanças no eixo do trabalho são intercaladas com as mudanças na Esfera do Estado na Reforma do Estado, ordenadas pelas políticas de ajuste.

A crise no Estado no contexto de recesso, reduz-se as possibilidades de financiamento dos serviços públicos e o enxugamento dos gastos do governo nos padrões neoliberais. O Estado torna-se cada vez mais submetido aos interesses políticos e econômicos, é responsabilizado pelas desgraças e infortúnios que assolam a sociedade tendo o paralelo da exaltação do mercado, a eficiência da austeridade que justifica as privatizações. A desigualdade social está paralela ao processo de desenvolvimento do país se transforma no processo da globalização caracterizando a história entre o novo e o velho se alteram em histórias desiguais resultando na questão social presente.

Essas questões nos fazem refletir sob a questão atual, sobre o trabalho do assistente, na emergência que se tem perante a existência brasileira. A seriedade da questão social no país é demonstrada por especialistas apontam estudos sobre a miséria e a fome. A pobreza está representada por vários modelos sociais, onde

saímos do modelo do personagem preguiçoso, sem ambição e instalamos o personagem radical e agressor, que rouba e não trabalha, que está sujeito a repressão. Durante esses processos o mercado de trabalho do assistente social varia de acordo com as demandas, mantendo profissionais da área de Serviço Social mas também aumentando a atuação do serviço na área de recursos humanos, existe a ampliação das demandas e o estímulo da gerência aos trabalhadores utilizando o recurso de colaboradores, valorização dos trabalhadores para assegurar a qualidade do trabalho.

Ampliam-se as demandas ao nível da atuação nos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) das equipes Inter profissionais, dos programas de qualidade total, todos voltados ao controle de qualidade, ao estímulo de uma maior aproximação da gerência aos trabalhadores do chão da fábrica, valorizando um discurso de chamamento a participação. Verifica-se uma sensível mudança nas formas de pagamento, centrado em premiações e em sistemas meritocráticos de incentivos. (IAMAMOTO, 2012 p.47).

O serviço social atua sempre em empresas para suprir os focos de tensões sociais, busca criar a produção junto a força de trabalho para diminuir absenteísmo, facilitar os benefícios sociais, para que possa assegurar o trabalho nas relações humanas nos pilares do trabalho, a medida que o tempo evolui, as demandas para o serviço social também evoluem em outras condições sociais e por conseguinte novas mediações. É perceptível que alteram-se os processos exigidos do profissional do Serviço social a qualificação para assim reforçar e ampliar a crítica, para pensar, analisar e decifrar a realidade.

O profissional da área deve sempre buscar construir uma análise dos processos sociais, no cotidiano a fim de entender o presente, e atuar no mesmo, em prol do molde da nova história. Estruturar a profissão e o contexto atual torna-se o maior obstáculo pois o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade.

Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura com o foco privilegiado na questão social, não são apenas o pano de fundo que emolduram o exercício profissional, ao contrário, são as partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser aprendidas como tais. O esforço, portanto está em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional. (IAMAMOTO, 2012 p.55).

A questão social em suas múltiplas expressões atrai a ação profissional, a luta pela terra por exemplo resulta em objeto ou matéria-prima do trabalho

profissional. Dar suporte ao processo das expressões da questão social é poder entender, pesquisar e conhecer a história da sociedade brasileira explicar os processos sociais que os sujeitos produzem e reproduzem, como são tocadas pelos sujeitos e como vivenciam as ações cotidianas. Ao reconhecer que o suporte é preciso para a questão social, é poder decifrar as desigualdades sociais das classes e os recortes de raça, gênero, etnia, religião, meio em que vivem os sujeitos, a nacionalidade, lembrando que as decifrar as formas da resistência e da rebeldia que os sujeitos vivenciam também é importante.

Decifrar os determinantes e as múltiplas expressões da questão social, eixo fundante da profissão, é um requisito básico para avançar na direção indicada. A gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca esta sociedade, assumindo roupagem distintas em cada época: a produção, cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos. (IAMAMOTO, 2012 p.114).

Está livre de dúvidas que o trabalho do Assistente Social exerce efeito sob as condições materiais e sociais de todos os sujeitos cuja sobrevivência depende do trabalho. O efeito desse processo da reprodução do trabalho torna-se mercadoria unificada que ao produzir fonte de valor que multiplica mais valor. É a mercadoria que está no centro do nascimento da riqueza social nas sociedades capitalistas. Sendo o Serviço Social o mediador desse processo interferindo nos processos da reprodução da força de trabalho, por meio dos programas sociais, onde trabalha-se em áreas da saúde, habitação, educação e outras áreas.

O serviço social tem a questão social como alicerce da sua formação utiliza-se na forma de aprimorar no trabalho. A questão social fixada como o eixo das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista tem enraizado que a produção é cada vez mais coletiva efetivando um trabalho cada vez mais social ao mesmo tempo que seus frutos se mantêm monopolizada por parte da sociedade. A profissão da área de Serviço Social é resultante do desenvolvimento do pós-guerra sob a soberania norte-americana pressionado pela guerra fria diante das ameaças comunistas.

É preciso repensar a questão social pois na atualidade existe uma imensa transformação no que se trata de acumulação de riquezas. Contudo o Serviço social é vital, pois atua nas questões da sobrevivência da população trabalhadora, facilita o acesso aos benefícios sociais e a recursos materiais, entende o processo de

produção e reprodução como o movimento da continuidade. Enquanto particularidades da formação do capitalismo brasileiro destaca-se o caráter conservador do seu processo de modernização, baseado em uma lógica de desenvolvimento que não rompeu com diversas condições de atraso; em que a permanência do latifúndio, o papel de país agroexportador, exportador de matérias-primas, o poder político exercido pelas oligarquias rurais e o caráter autárquico da burguesia brasileira, se tornaram expressões significativas desta realidade.

Outra particularidade foi a permanente exclusão das classes trabalhadoras dos processos políticos decisórios no país, demonstrando a ação dos setores burgueses e do Estado de se anteciparem e conduzirem os processos de mudanças, sem provocar alterações estruturantes no modelo econômico, no padrão de acumulação e na lógica do poder político.

Diante desses aspectos que permeiam as particularidades da constituição da “questão social” na formação social brasileira, analisa-se as características que envolvem o mercado e o regime de trabalho a partir da fase denominada de industrialização pesada. Resgata os elementos sobre a formação da classe trabalhadora brasileira, caracterizada historicamente pela condição de superexploração, pela ausência de garantia de direitos, pela cultura da subserviência e do autoritarismo por parte do Estado e da burguesia, os quais ocasionaram diversas dificuldades à organização sindical autônoma.

Desde este período, principalmente a partir do Governo de Juscelino Kubitschek, se explicita enquanto marca da relação capital x trabalho no país, a predominância de um contexto antidemocrático; a segmentação entre trabalho rural e urbano, formal e informal; o aprofundamento das desigualdades sociais; a contínua desvalorização salarial; a fragilidade e localidade das políticas de proteção social e das leis trabalhistas, sob uma lógica de “cidadania regulada”. Nesse sentido, a autora aponta que desde esse período, a flexibilidade e a precariedade se tornaram características estruturantes do regime de trabalho no país, as quais foram aprofundadas durante o período do “fordismo à brasileira”.

Diante disso, analisa –se o desemprego enquanto uma característica estrutural da constituição da “questão social” brasileira, uma vez que o regime de trabalho no país se caracterizou historicamente pela precariedade, instabilidade, excesso de força de trabalho disponível para o capital, assim como, pela sua segmentação e desvalorização salarial.

Com a reestruturação produtiva do capital a partir de 1970, se alterou em nível internacional a organização dos processos de trabalho e a forma de regulação estatal, visando preservar a acumulação do capital em detrimento dos direitos e conquistas da classe trabalhadora. A realidade brasileira, marcada historicamente por um regime de trabalho flexível, precário e instável, que se aprofundou desde 1964, sofreu um agravamento dessas condições durante o período de 1980 e 1990.

Com a crise do padrão desenvolvimentista na década de 1980, o Estado redimensiona seu papel na economia, deixando de ser sua principal força propulsora. As principais consequências disso foram o aumento da instabilidade nos empregos, diminuição dos postos de trabalho no setor industrial e aumento no terciário, queda da média salarial. No âmbito das lutas sociais, este é um período de avanço na organização e lutas do movimento sindical, que se caracterizou pela articulação entre as lutas econômicas e políticas.

A partir dos anos de 1990, com a predominância da ideologia neoliberal, nos marcos da reestruturação produtiva, a realidade brasileira se caracteriza pela existência do desemprego de forma massiva, atingindo diferentes segmentos de classe; predominância de empregos informais, com regimes instáveis e alta rotatividade; contínua diminuição da remuneração salarial; descenso da luta e organização sindical; expansão de medidas assistenciais em detrimento das políticas de proteção social. Nesse sentido, é enfatizado que esse processo intensifica e expande a flexibilidade e a precariedade, enquanto características estruturais do mercado de trabalho do Brasil. Com esta análise do desemprego como expressão da “questão social”, é apontado que na essência esses traços permanecem na contemporaneidade, principalmente devido à continuidade da política econômica durante os Governos seguintes.

Além disso, é afirmado com base em dados atuais, que os empregos gerados estão em sua maioria no setor de serviços, não adquiriram ganho salarial real e não alteraram o quadro de rotatividade e precariedade. É destacado pela autora que desde a década de 1990 o discurso da modernidade tão promulgado pela ideologia neoliberal, tem sido na verdade, uma estratégia que atualiza os traços históricos de atraso do regime de trabalho brasileiro.

2.4 CONTEXTUALIZANDO A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO: O DIREITO A MORADIA NA REGIÃO DA NOVA SANTA MARTA: A INTERFACE COM O SERVIÇO SOCIAL

O processo de ocupação na Fazenda Nova Santa Marta partiu da apropriação das terras da Fazenda Nova Santa Marta na data de Sete de dezembro de 1991. Foi realizado um grande grupo de pessoas em busca da luta pela moradia, por um lugar para viver, morar, resulta nos anos seguintes na Regularização Fundiária. A Fazenda foi doada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e financiada as melhorias habitacionais pelo Governo Federal. O projeto traz consigo a Regularização Fundiária, que contou com obras de infraestrutura e habitação. Foram executadas redes de esgotocloacal, pavimentação, recuperação de unidades habitacionais, recuperação ambiental, áreas de lazer, a regularização e o trabalho social. O projeto está em execução dividido em quatro partes pode-se destacar as melhorias como urbanismo, drenagem, pavimentação, infraestrutura e na última etapa a regularização.

O preconceito ao bairro da periferia da cidade de Santa Maria é sentido até hoje por muitos moradores do bairro. Trabalhadores em sua maioria foram chamados de os “sem teto” foram rotulados assim e vinculados a uma má fama por serem invasores por ocupar o espaço da Fazenda que seria destinada a residências favoráveis a burguesia, a rotulação dos moradores dificultou o emprego pois bastava saber a localidade do candidato, e o mesmo não era aceito no trabalho. Houve desconstrução do preconceito através de projetos nas escolas mais próximas do bairro, promoveu-se uma identidade positiva do loteamento.

Os moradores do bairro são hoje vistos como um povo que lutou em favor do Direito a moradia, mas também elevou seu olhar econômico, social e político. As políticas construídas em favor da comunidade têm início com o próprio Movimento Nacional de Luta pela Moradia em Santa Maria. Foram organizados grupos da comunidade para tecer a articulação do movimento de ocupação com as autoridades do município. O grupo foi liderado por Elso Ferreira Pires, que buscou apoio com o Bispo Don Ivo, com o Reitor da Universidade Federal de Santa Maria, com Tabajara Gaúcho da Costalíder dos Sindicatos dos metalúrgicos e Câmara dos vereadores através de Valdecir (FARIAS, 2011). Os grupos de maneira organizada, ocuparam pouco a pouco em pequenas barracas o território da fazenda, que ao passar do

tempo evoluíram com representantes, registrado pela Figura 1. A organização dentro do loteamento foi importante para a consolidação da ocupação e de sua resistência.

Figura 1– Registro das primeiras barracas dos primeiros acampados na Fazenda Nova Santa Marta, 1991.



Fonte: Escola Marista Santa Marta, 2010

No ano de 1989 a União Nacional por Moradia Popular - UNMP iniciou a articulação através dos processos de coletas de assinaturas para o primeiro projeto de lei, que cria o fundo e o conselho nacional por moradia popular no Brasil. A partir dessa lei iniciam-se as ações para articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutas pelo direito de morar, lutas pela reforma urbana e autogestão, resgatar a esperança do povo, traçando o caminho de uma sociedade sem exclusão social. A atuação da união ocorre entre favelas, cortiços, mutirões de ocupações e loteamentos. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) surge como uma espécie de ramificação da UNMP como um movimento social brasileiro. Criado em julho de 1990, no primeiro Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, com representação de 14 estados. Concretizou-se depois das grandes ocupações de áreas e conjuntos habitacionais nos centros urbanos, deflagradas principalmente na década de 1980. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia, buscava reivindicação e mobilização social. Após a ocupação houve a diminuição de problemas sociais no que se refere a habitação do município de Santa Maria e também os municípios próximos, pois encontraram oportunidade e traçaram o destino no coração do rio grande do sul. Na época não haviam programas sociais

para a moradia. O trabalho dos líderes comunitários contribuiu para ser um trabalho sui generis, tanto para o desenvolvimento da comunidade como para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que trouxe dignidade e qualidade de vida a população da Nova Santa Marta.

Existe permanente a discussão daqueles que não entendem e não valorizam o esforço, o avanço, a luta, a conquista que tiveram. O paternalismo político se estabeleceu por períodos, como o fornecimento de cestas básicas, material de alvenaria para a melhoria das residências dificultando o segmento da comunidade que se fragmentou. A partir disso líderes se elegeram e abandonaram a comunidade outros permaneceram ao lado do povo que dividiu as alianças dentro do movimento. Toda dedicação do movimento pelo coletivo assume um novo viés partidário – político, o movimento não assumia mais o papel militante. A chegada de um grupo religioso também dividiu os pensamentos dos ocupantes da região.

Figura 2– Bairro Nova Santa Marta, processo de Regularização Fundiária – Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

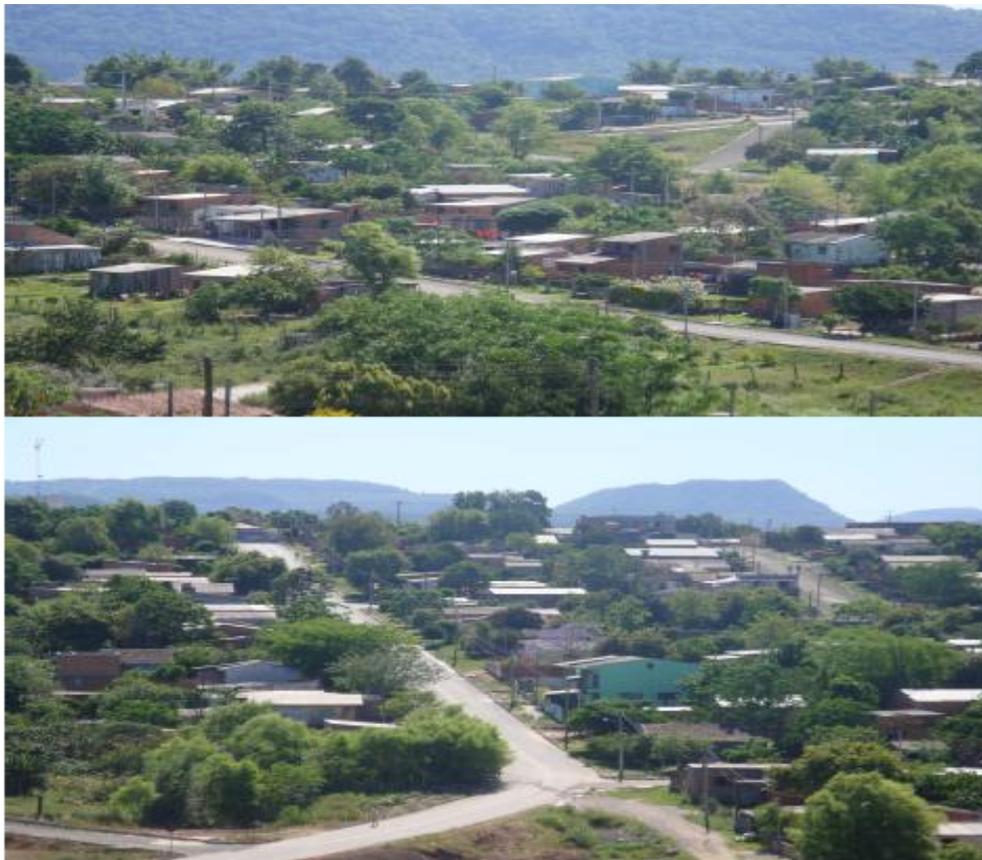




Figura 3 **Caminhada /Manifestação pela comunidade. Movimento Nacional de Luta pela Moradia, 2006.**

Fonte: Comunidadenovasantamarta.blogspot.com

Dentre os movimentos sociais a população deteve direitos básicos, mínimos esatisfatórios, deixandoos movimentos de acontecer. A frustração pelo título de propriedade é constante, assim como “tudo que é grande é complexo” palavras do Pe.Carlos.As escolas existentes no bairro são parte da articulação e da luta, entre as escolas esta Escola Marista Santa Marta eEscola Municipal AdelmoSimas Genro. No bairro são frequentes os estudos e apoio da comunidade acadêmica, contam com pesquisas dos alunos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)e da Universidade Franciscana (UFN).O resultado da ocupação foi oriundo da resistência epersistência dos moradores e do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) (FARIAS,2011).

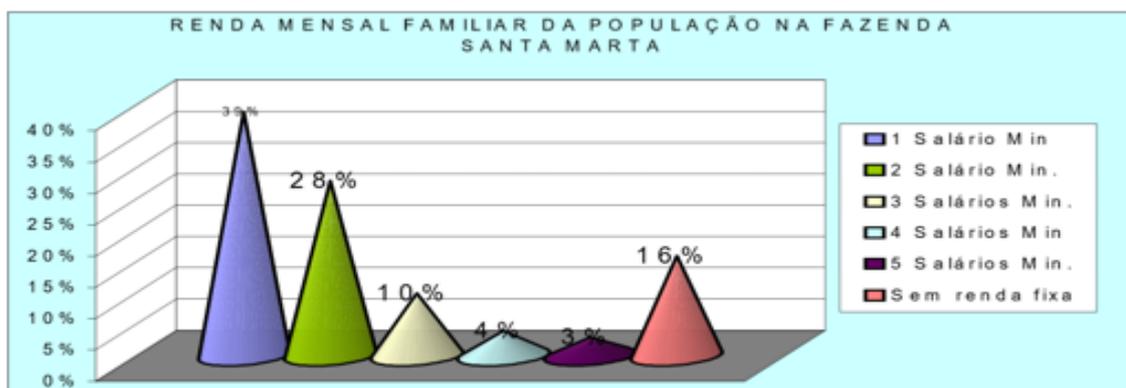
É importante ressaltar o perfil dos ocupantes: Famílias não proprietárias, pagadoras de aluguel (come ou paga aluguel), moradores de favor ou casa cedida, moradores oriundos de outras invasões,desempregados,sobreviventes do trabalho informal,moradores de áreas de risco,imigrantes de outras cidades próximas a Santa Maria. Abaixo podemos analisar as atividades profissionais e a rede predominante dos moradores da Fazenda Nova Santa Marta.

Gráfico 1 – Atividades Profissionais dos Moradores da Fazenda Santa Marta em 1999.



Fonte: Departamento de Geociências - UFSM, Relatório Diagnostico, 1999.

Gráfico 2 – Renda Mensal Familiar da População na Fazenda Santa Marta em 1999.



Fonte: Departamento de Geociências – UFSM, Relatório Diagnostico 1999.

O Estado pediu reintegração de posse da área e o Movimento de Luta pela Moradia apoio da comunidade e autoridades, pois a ocupação não configurava crime

e sim a forma mais grave de mostrar a exclusão social gerada pelo capitalismo(FARIAS,2011).

Contudo a ocupação foi extremamente organizada, com barracas onde se concentravam escritórios, enfermarias, guarda, representantes, portaria com identificação, proibição de bebida alcoólica e armas. Cadastro, apoio da UFSM, dos líderes do sindicato dos trabalhadores de Santa Maria e representantes de igrejas. Desta

organização

surgiram sete vilas, denominadas: 07 de Dezembro; 10 de Outubro; Núcleo Central; Pôr do Sol; Alto da Boa Vista; 18 de Abril e Marista, conforme Figura 4.

O Serviço Social nem sempre esteve presente na Superintendência de Habitação e Regularização Fundiária. Inicialmente, contava com uma assistente social quando ainda era SHRF. Atualmente, conta com três profissionais, três estagiárias na área do Serviço Social. Elas são responsáveis pelo acompanhamento social, das famílias cadastradas nos Programas Habitacionais de Interesse Social, em situação de maior vulnerabilidade, realizam visitas domiciliares, atendimento ao público, elaboração de declarações, autorizações, laudos, termos de desistências e encaminhamentos para a rede de serviços públicos.

Figura 4 – Quadro da Evolução ocupada.

<p>07 de Dezembro -1991 Foi o primeiro núcleo de ocupação e Organizado pelo MNLM.</p>	<p>Alto da Boa Vista – 1993 Surgiu em 1993 com outra ocupação. Organizada pelo MNLM. Esta ocupação foi uma resposta pela falta de interesse Governo Estadual com a ocupação da 07 de Dezembro e 10 de Outubro e uma forma de mais uma vez reivindicar ações na área da habitação.</p>
<p>10 de Outubro -1992 Em 1992 quando o MNLM negociava o número de lotes urbanizados que se estabeleciam, o Movimento consegue incluir famílias da ocupação Fernandes Vieira que foram despejados pela Justiça. 10 de outubro foi a data que foram para Nova Santa Marta, assim se origina a vila 10 de outubro.</p>	<p>18 de Abril – 1998 Surge no dia do próprio nome, em 1998.</p>
<p>Núcleo Central -1993 Ocorreu a ocupação de origem em 04 de março de 1993. Foi uma ocupação espontânea porém houve uma liderança.</p>	<p>Marista – 1998 Surge em 1998, denomina-se Marista pois foi logo após a chegada da escola Marista e ocorreu a ocupação de duas áreas distantes. Por isso, denominam duas vilas, Marista I e II.</p>
<p>Pôr do Sol -1993 Ocupação totalmente espontânea que surge no decorrer de 1993.</p>	<p>2007- A área de ocupação Nova Santa Marta transforma-se no Bairro Santa Marta abrangendo as oito vilas citadas. 2009 – As vilas Marista I e Marista II tornam-se uma única vila: Marista I e II</p>

Fonte: FARIAS,2011.

Figura 5 – Urbanização do Bairro Nova Santa Marta e localização das suas vilas.



Fonte: FARIAS,2011.

O trabalho exercido do Assistente social na SHRF tem firmado em seus fundamentos históricos e teóricos metodológicos subsidiados por valores e princípios éticos, sendo preciso reforçá-los a cada dia para firmar seu importante papel no espaço da Superintendência de Habitação. Desenvolve-se através do acompanhamento social das famílias encaminhadas aos programas Habitacionais de Interesse social, além dos cidadãos cadastrados no sistema da Superintendência de Habitação, encaminhados internos e externos tendo a principal demanda por moradias, orientações e encaminhamentos a outros programas sociais disponíveis no município, visando a busca da aplicabilidade do direito à moradia. De acordo com o Princípio III do código de Ética “III – Ampliação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”.

A dimensão técnico-operativa na prática do assistente social proporciona a reflexão a respeito de como deve fazer e para que fazer através de análise que leva em conta os meios e as finalidades, rompendo com uma visão imediatista. Esse eixo, articulado organicamente ao referencial teórico – metodológico e ético – político, é competência que vai sendo construída a cada momento, a partir das finalidades da ação a ser desenvolvida e dos determinantes políticos, sociais e institucionais a ele referido. Isso implica permitir o acesso dos referenciais técnicos, teóricos,

valorativos e políticos e sua concretização, de modo que se traduzam em estratégias políticas, em instrumentos técnicos-operativos(GUERRA,2000).

Os usuários do Serviço Social que envolve a área habitacional são sujeitos sociais que não acessam uma moradia regular, são pagadores de aluguel ou ocupantes de áreas irregulares. O profissional atuará nas expressões da questão social, através de formulação e implementação das políticas que garantam o acesso à moradia. As expressões da questão social na habitação resulta a falta de moradia, infraestrutura e condições ambientais inadequadas decorrentes de áreas de risco. Com a articulação das dimensões ética-política, teórico-metodológica e técnica-operativa será a compreensão da realidade a ser trabalhada, numa perspectiva de totalidade social, emancipando os usuários através dos direitos sociais, civis, políticos e culturais.

Nesse contexto, se reforça o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como uma gestão democrática (BRASIL,2012,p.23).

É justo observarmos que na década de 1990, houve ausência de políticas públicas voltadas para a esfera habitacional. Atualmente ocorre um maior envolvimento do setor público e privado em ações que visam novas alternativas de acesso a moradia, mas a crise não foi superada.

No Brasil, onde existe uma grande diferença social de classe, econômica e de distribuição de renda essa diferença irá repercutir na escassez de habitação. No último século, ocorreu o abandono do campo pelas grandes cidades gerando um déficit habitacional, reforçado pela expansão do capitalismo, onde o Estado se inserirá nesse contexto econômico e ocorrerá a falta de recursos econômicos para moradias. No caso de Santa Maria, a SHRF terá uma realidade semelhante. O profissional do Serviço Social se deparará com uma situação em que existe mais demanda do que oferta ,assim como mostra a figura 6:

Figura 6 - Painel geral dos cadastrados no programa habitacional do Município de Santa Maria .



Fonte :SHRF

Dessa forma, é necessário que o profissional continue contribuindo pela defesa da emancipação dos sujeitos sociais para que a busca pelo direito à moradia digna seja garantida. Esse que foi reconhecido e implantado como pressuposto para a dignidade da pessoa humana, desde 1948, com a Declaração universal dos Direitos Humanos e, foi recepcionado e propagado na Constituição Federal (1988 26/00), Art.6º.

Segundo Art.6º “ São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência sócia I, a proteção, a maternidade, e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição”(Constituição Federal de 1988.da Emenda Constitucional nº 26/00, em seu Art.6º).

Para o desenvolvimento dos processos de trabalho da Assistente social, são utilizados os seguintes instrumentos técnicos-operativos:

- Acolhimento, incluindo a recepção, atenção e escuta sensível;
- Atendimento, ressaltando aqui o sigilo e a ética profissional;

- Entrevista, destacando a importância do diálogo, da escuta sensível e dos questionamentos não previstos, levantamento de dados e informações importantes e o conhecimento da realidade do usuário;
- Encaminhamento para a rede, quando a família e/ou um de seus componentes precisa de um atendimento inexistente na estrutura da instituição;
- Visitas Domiciliares;

O trabalho multiprofissional efetiva-se na certeza por meio das demandas relacionadas a Habitação e a Regularização Fundiária que proporciona aos profissionais do Serviço Social a atuar conjuntamente com a arquitetos, advogados, e os técnicos-administrativos e os estagiários de cada área a fim de efetivar o direito ao munícipe de adquirir a sua moradia ou regularizá-la.

Contudo, enfrentar os efeitos da conjuntura atual, da crise econômica vão implicar nos anseios da categoria, na busca de adequar as alternativas de repensar os objetivos profissionais com a necessidade de esboçar uma nova proposta metodológica pra novas exigências do cenário municipal. Podemos ressaltar que todos os direitos dos cidadãos estão de alguma forma abolida assim como a saúde, educação e moradia. O Assistente Social que não reage e perde a cada dia a capacidade, de rebelar-se diante dos problemas que afetam os setores vulnerabilizados, estará condenado a esterilidade e alienação de seu desempenho profissional (ALAYÓN,1991).

A Secretaria de Habitação do Ministério das Cidades avalia e programa a Política Nacional de Habitação. Uma das principais atribuições da SHMC é a consolidação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHS). A partir da adesão do sistema criam-se estratégias para a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS). É através dele que municípios e estados consolidam ,em nível local ,a Política de Nacional de Habitação.Em relação ao município de Santa Maria, através da Lei Nº5659 de 26 de junho de 2012 cria-se a Política Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) tendo como principal objetivo garantir o direito a moradia digna.De acordo com o Art.1º da Política Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) de 2012.

Art.1º. Fica instituída a Política Municipal de Habitação de Interesse Social-PMHIS com o objetivo de garantir o direito à moradia digna; II – Garantir o direito a terra urbanizada e regularizada; III Garantir o direito à moradia aos serviços públicos de qualidade e à habitabilidade ;IV – Garantir o direito a mobilidade urbana, tencionando facilitar o transporte e a circulação de

pessoas e bens o município ;V – Fomentar e desenvolver a oferta de habitações e melhorias habitacionais , diversificando as modalidades de acesso à moradia ,conforme demanda, independentemente a classe e renda da população ,tendo como prioridade a população de menor renda ;VI – Garantir a sustentabilidade ambiental , sócia l ,econômica e urbana através de ações e programas ,qualificando as políticas públicas habitacionais ;VII – Garantira inclusão sócio –urbana das áreas ocupadas ,irregularmente e dos assentamentos precários à malha urbana formais por intermédio de oferta de áreas ,urbanização e regularização fundiária ,VIII-Conter a ocupação habitacional e o adensamento populacional das áreas de proteção, recuperação ambiental e reassentar a população que se encontra localizada em locais impróprios pra o uso habitacional I; IX- Instituir ,capacitar e qualificar as condições institucionais e administrativas do município ,garantindo e concretizando o bom emprego das políticas públicas ,urbanas e habitacional ;X – Promover e capacitar à participação dos segmentos sociais à gestão da política de habitação de interesse social.

Disponibiliza, através de programas de interesse social ou específico, a esta população já pré-estabelecida, que se enquadre nos critérios estabelecidos pelo Governo Federal e Municipal moradias dignas e em plenas condições de residir, resgatando assim a cidadania através do direito social à habitação da população beneficiária e proporcionando a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas quando estas passam a ter acendido a terra e a infraestrutura urbana, à saúde, à educação, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho, ao lazer e a cultura, ratificando-a função social da propriedade(BRASIL,2001).Os serviços prestados pela Superintendência de Habitação e Regularização Fundiária envolve a regularização de lotes, certidão de número oficial para fins de ligação de água,serviço essencial ao ser humano, pela rede de saneamento básico do município,a atual CORSAN,através de Vistorias realizadas por funcionários designados a averiguarem as situação do lote(irregular ou regular, público ou privado,ocupação ou invasão) e dependendo da avaliação,é autorizada ou não a emissão do documento solicitado.

A Regularização Fundiária envolve medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, tendo como o objetivo solucionar os problemas que envolvem os lotes irregulares e proporciona o título de propriedade.Em Santa Maria as áreas que já foram regularizadas 90% são: Vila Lídia, Arco-íris, Renascença, Paroquia das Dores, Pantaleão quadra 5, Cândida de Vargas. Já as regularizações em andamento são: Diácono João Luiz Pozzobom, Canaã, Pantaleão quadras 1,2,3 e 4. Santa Brígida, Brasília, Nova Santa Marta, Salgado Filho, Cerro Azul, Nossa Senhora do Trabalho, Linha Velha da Fronteira, Linha Velha de Poa, Esperança, Lorenzi e Ecologia. (Prefeitura Municipal de Santa Maria, 2017).A SHRF nem sempre teve

essa denominação, pois até o ano de 2009 esteve ligada a Secretarias que tratavam de obras e infraestrutura. Inicialmente, com a Lei Nº 5189/09, de 30 de abril de 2009, foi criada a Secretaria de Município do Desenvolvimento Urbano (SDU).

A Secretaria de Município do Desenvolvimento Urbano tinha por finalidades básicas: a gestão centralizada dos processos de análise , aprovação licenciamento e vistoria de projetos de edificações e de uso e ocupação do solo urbano ,de acordo com os códigos legais respectivos vigentes no Município , a fiscalização do cumprimento da legislação municipal no exercício do poder de policia administrativa do município ,a elaboração de projetos públicos arquitetônicos e de engenharia definidos pelo governo municipal a fiscalização da execução de obras contratadas ,seu recebimento e prestação de contas (SANTA MARIA,2013,p.1).

Em 2010, ocorre a primeira reforma administrativa, através da Lei Municipal Nº 5309,de 13 de maio de 2010,a qual “Altera dispositivos da Lei Municipal Nº 5189/09,de 30 de abril de 2009 e cria a Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária e da outras providencias”.Segundo o Art.3º desta mesma Lei, a instituição tem por objetivos principais “o planejamento, a proposição e execução de políticas públicas municipais relativas à habitação popular, ao saneamento,e a regularização fundiária”. Ainda, tem como finalidade diminuir a ocupação em áreas de risco, de preservação permanente (as chamadas APP`S) e insalubres do município.A instituição era dividida entre o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC),o programa “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV) e Programa “Morada Feliz”, que dispõe sobre questões relativas à Habitação e à Regularização Fundiária ,são programas ainda em vigência na habitação.Em 2013, os gestores compreenderam ser mais propositivos ter apenas um espaço que trata de todas as questões referentes a moradia, Regularização Fundiária e as obras de Infraestrutura que pertenciam as questões habitacionais. Incluindo o PAC na Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária.

No momento, são realizados os cadastros no Sistema de Habitação do Município dos cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade para que possam ser incluídos nos próximos sorteios dos programas e esse cadastro interno é fundamental para respaldar a justificativa da inserção do município em novos programas.Quanto aos recursos financeiros de acordo com o Artigo 7º da Seção II da Lei nº 5659, de 26 de junho de 2012, que institui a Política Municipal de Habitação de Interesse Social e da outras providencias, quanto aos recursos financeiro utilizados pelo sistema Municipal de Habitação de Interesse Social,

executado pela Superintendência de Habitação e Regularização Fundiária, são oriundos do orçamento municipal de cada administração, estando assim distribuídos:

Art.7º Os recursos do SMHIS são provenientes: I – Do fundo Municipal de Habitação de Interesse social – FMHIS, criado pela Lei Municipal nº4415/01, de 5 de fevereiro de 2001; II-Do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social- FEHIS;III- Do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social- FEHIS ;e IV –De outros fundos ,ou programas que vieram a ser incorporado ao SMHIS.

No que se refere aos recursos humanos, o quadro de funcionários está organizado entre cargos de confiança, servidores públicos municipais, estagiários e voluntários. Sendo que a equipe é composta, atualmente, por assistentes sociais, arquitetos, advogados, técnicos administrativos, estagiárias na área da arquitetura ,direito e do serviço social.

2.5 A SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

No centro administrativo da Prefeitura Municipal de Santa Maria, no andar Térreo, está situada a Superintendência de Habitação e Regularização Fundiária (SHRF) de Santa Maria, localizada na Rua Venâncio Aires, número 2277 centro de Santa Maria/RS. A Superintendência de Habitação e Regularização Fundiária é parte dos órgãos que compõem a Casa Civil assim como a Defesa Civil, PROCON, Relações institucionais e a Comunicação. A Prefeitura Municipal de Santa Maria possui outras 15 secretarias.

O público alvo se dá através de cadastro no Sistema de Habitação, que funciona em horário de atendimento externo das 07h 30 min. às 13 horas, de segunda à sexta- feira, incluso o Serviço Social. O usuário do cadastro é encaminhado para as unidades habitacionais de interesse social do Programa Minha Casa Minha Vida, na Faixa I que estipula renda de Zero a Mil e oitocentos reais, por meio de sorteio quanto há um novo empreendimento de Loteamento. Também o usuário pode conquistar o lar por intermédio de desocupações nos loteamentos por irregularidades de outros, através da fiscalização. As irregularidades estão de acordo com a declaração que o beneficiário assina no ato da concessão, onde o beneficiário ficará ciente que não poderá alugar, emprestar, vender, hipotecar, ceder ou dar outros fins, o usuário encaminhado a partir de irregularidade de outro, será

beneficiário por preencher o número máximo de critérios nacionais e municipais, ou seja está em extrema vulnerabilidade social.

As regiões de regularização Fundiária também utilizam do cadastro habitacional, a fim de nomear, atualizar o titular do lote. A superintendência de habitação permanece em expediente interno, pois os funcionários possuem carga horária de 40 horas semanais e executam atividades de gestão e planejamento neste período. Hoje a Superintendência de Habitação e Regularização Fundiária é campo de estágio para o desenvolvimento do meu projeto de intervenção. Que decorreu durante a disciplina de Estágio com início no 7º semestre do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, obtendo continuidade no estágio II. Junto com a supervisão acadêmica do Professor Doutor Fabio Jardel Gaviraghi e Supervisoras de campo as Assistentes Sociais Sabrina Silva e Michele Rodrigues. Através da observação crítica realizada no 7º semestre, decorrente da disciplina de estágio I do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, pela autora, pode-se observar a importância do trabalho do Assistente Social quanto a Regularização Fundiária no Município de Santa Maria. Cabe a nós, quanto profissionais do Serviço Social verificar, sanar as demandas do usuário e seus direitos de cidadão, também fazê-los responsáveis por seus deveres. Dessa forma o Projeto de intervenção, chama a atenção para área destinada para Regularização Fundiária na Nova Santa Marta, onde a garantia da Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, para algumas famílias será a conquista da luta pela moradia e firmamento do lar, entretanto para outros será espécie de lucro, mercadoria para venda ou aluguel que não fortalecem a militância do ano de 1991.

Desde a década de 1990, o avanço do Neoliberalismo, a privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais, abertura econômica para a entrada de empresas multinacionais, adoção de medidas contra o protecionismo econômico, redução de impostos e tributos cobrados indiscriminadamente é o responsável pelo desmantelamento do Estado e das estruturas operacionais. Portanto as atividades no conjunto habitacional cessam. A perspectiva da população brasileira como um todo, incluindo os habitantes de Santa Maria entra em estado de desolação quanto ao atendimento das demandas habitacionais. A partir de movimento sociais de luta pela moradia, em 1992 são assentadas mais de 2300 famílias em uma área de 150 ha.

Com o passar do tempo à conjuntura social e econômica agrava a miséria urbana e as ocupações desorganizadas surgem, são elas que abrem espaço ao comércio ilegal chamado de grilagem, contratos frios de gaveta.

Descrevo a regularização do bairro “Nova Santa Marta” ao qual se refere a um Assentamento Informal em área de Interesse Social (AEIS), de propriedade do Município de Santa Maria. O Terreno com área de 2.568.751,37m², registrado sob Matrícula 157.933 Liv. 2 do Cartório do Registro de Imóveis de Santa Maria – RS, localizado no Bairro Nova Santa Marta, Município de Santa Maria/RS. O loteamento está ocupado predominantemente por população de baixa renda com direito legalmente constituído. O assentamento informal a ser regularizado teve início no ano de 1991, quando o Município executou o loteamento, e começou de forma gradativa a ocupação das casas por parte dos moradores se deu ao longo de 28 anos pela ocupação de forma irregular dos moradores, que organizaram a divisão da área em lotes e executaram a edificação de casas de moradia uni familiar com área construída variável em 4.335 lotes.

Atualmente o Governo democrático e popular busca articular o Estado e a Sociedade Civil e as Instituições Públicas, iniciando a construção das políticas públicas para a Habitação. Através da Regularização Fundiária a transformação da Fazenda em Bairro “Nova Santa Marta”, o Município por ocasião da implantação do assentamento executou as obras de infraestrutura de forma total, com pavimentação, rede de água, rede de iluminação, esgoto pluvial e esgoto cloacal através do programa PAC. Foram reservadas áreas institucionais e área verde. A organização institucional, o Serviço Social junto o trabalho multiprofissional da Arquitetura, Direito e Administração, desoculta a Análise da Realidade institucional da Superintendência de Habitação e Regularização Fundiária, fazem - me entender o quanto é importante esclarecer o direito ao cidadão, garantir-lhe o direito a moradia e também os deveres quanto ao pertencimento ao território ,quanto ao reconhecimento ao direito ,a regularização fundiária acima de tudo, visa melhorar, tornar viável o trabalho dos programas sociais frente a demandas da cidade de Santa Maria ,em específico o “Loteamento Nova Santa Marta”.

2.6 DESCRIÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO E RESPECTIVAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM ESTÁGIO II

Devido às transformações no quadro social brasileiro e também mundial, na economia, na política, vivencia-se a necessidade de socialização de informações e das garantias de direitos. Através dessa necessidade, se dá importância ao compartilhamento de espaços a fim de fortalecer o vínculo das relações sociais como o usuário e a comunidade. O usuário é centro de todo programa social, ele tem a importância social pertencendo ao grupo, evidencia o conceito de inclusão e garante direitos sociais.

O projeto de intervenção foi desenvolvido com o mesmo propósito no Bairro Nova Santa Marta para auxiliar na divulgação da Regularização Fundiária do Município de Santa Maria se propôs através da informação sobre o que é a Regularização Fundiária e a busca ativa dos usuários do cadastro habitacional em parceria do CRAS Oeste sob a supervisão do Assistente Social de ambos espaços, também o trabalho foi desenvolvido com líderes comunitários, voluntários e estagiário. Através do trabalho em conjunto foi possível identificar o contexto social e o cotidiano dos moradores do Bairro Nova Santa Marta na perspectiva de conscientizar a importância da Regularização na garantia dos direitos na constante busca dos direitos documentados e legitimados Contudo o trabalho de intervenção em Regularizações Fundiárias tem como objetivo superar o determinismo, superar as dificuldades, compreender na perspectiva do direito.

3. METODOLOGIA

Para que se realize o projeto de intervenção é necessário pensar em uma metodologia, visando um caminho mais coerente para a intervenção na realidade. Através da metodologia é possível visualizar a trajetória do projeto, as técnicas utilizadas até que alcance ao objetivo determinado. Isso possibilita a compreensão dos fenômenos do cotidiano além do que aparece ser e sim sua realidade inteira.

A metodologia não pode se dar separadamente da teoria, estas são indissociáveis. É através da metodologia que é possível compreender as concepções teóricas que serão abordadas. Diante do desenvolvimento do projeto que visa conhecer determinada realidade, resultará em verdades parciais sobre ela (MARCONI e LAKATOS, 1999). As verdades parciais sobre determinado estudo acontecem porque ao considerar a processualidade histórica que atravessa a realidade e o cotidiano da vida as transformações inerentes, a busca do real, que emerge a realidade.

Para o Serviço Social a investigação da realidade onde os sujeitos estão inseridos, preenchido por uma complexa desigualdade social que também produz resistência (IAMAMOTO, 2000).

A metodologia foi delimitada de forma a abarcar os objetivos do projeto a busca da realidade dos sujeitos, através de visitas ao CRAS Oeste de Santa Maria. A realidade é um complexo de contradições entrelaçadas historicamente pelos processos sociais, políticos e econômicos dos sujeitos em pontuais espaços de tempo e não se dá a conhecer no campo da imediatez, pois a essência dos fatos é ocultada pelos fenômenos. (MARX, 2012). O método permite realizar ações, para a compreensão da realidade. Para que em seus horizontes possam ter plena emancipação social, política e humana dos sujeitos coletivos em busca da luta pela moradia.

3.1 RECURSOS HUMANOS

No que se refere aos recursos humanos, o quadro de funcionários esteve em todo processo organizado entre servidores públicos municipais, estagiário, lideranças comunitárias e do serviço social.

3.2 CRONOGRAMA

Primeiro desenvolvemos o processo de divulgação no CRAS Oeste, e comunidade. Sendo assim os responsáveis pelos lotes começaram a vir fazer as inscrições. Iniciamos o projeto em março, já com excelentes resultados, com grande procura pela atualização dos dados. O projeto é contínuo, só tendo pausas no fim de semanas e feriados. Realizamos também de acordo com a necessidade do usuário, foram realizadas ações e contribuições organizadas junto ao Cadastro Único com duração de quatro horas, a fim de levantar dados para o programa habitacional.

Fazer o cronograma - Divulgação do projeto - Implementação - Lista de beneficiários da Regularização Fundiária - Relatório detudo – Ação Informativa- Escuta Sensível – Cadastro atualizado – Coleta de dados – Cartório – CDRU.

Figura 7 – Folder informativo do projeto de intervenção na Nova Santa Marta

Vamos falar sobre Regularização Fundiária ?

O que é a Regularização Fundiária?

A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de seus ocupamentos irregulares e à titulação social à moradia, de modo a garantir o direito das famílias à terra, de modo a garantir o desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A regularização fundiária de interesse social é a motivada pelos interessados, inclusive pelo poder público em áreas ocupadas por pessoas em sua maioria de baixa renda, beneficiando seus moradores com a situação de cada lote.

A RF é a garantia jurídica que os moradores têm do local onde vivem com os seus familiares.

Qual a importância ?

Através da regularização Fundiária obtém-se a mudança de perspectiva de vida em prol da comunidade e a família pois com a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) nas mãos é possível TER A CERTEZA QUE ESSE IMÓVEL É SEU... reivindicar os serviços que estão a disposição de quem possui a propriedade.

Como se cadastrar :

Venha à Superintendência de Habitação de segunda à sexta-feira das 07:30 às 13 horas portando os seguintes documentos:

- * CPF e RG;
- * Certidão de Casamento ou União Estável;
- * Título de Eleitor;
- * Comprovante de Residência;
- * Carteira de Trabalho;
- Rua Venâncio Aires, 2277
- Telefone :36217139
- E-mail: habitacao@santamaria-rs.gov.br

"Ter um lugar para permanecer e desenvolver-se está ligado aos anseios do indivíduo; pois para alcançar as necessidades básicas da vida como relaxar, trabalhar, educar-se, faz-se necessário um lugar fixo e amplamente reconhecido por todos."

Sergio Iglesias Nunes de Souza

Projeto de intervenção em prol da regularização fundiária no Bairro Nova Santa Marta realizado na Superintendência de Habitação do município de Santa Maria, curso de Serviço Social - UFSM pela acadêmica Larissa Correa sob orientação da Assistente Social Jaqueline Silva.

Fonte : Curitiba - Regularização Fundiária urbana - Aspectos da Lei 12.445/2017



3.3 RESULTADOS ALCANÇADOS:

Em poucos meses de implantação já obtivemos muito resultados, chegamos a quase 80% do resultado esperado na coleta de dados. Pois através da Escuta sensível, através da informação que o projeto promoveu sobre a Regularização Fundiária, pode-se coletar mais informações para o banco de dados que serão entregues para cartório, originando a Concessão Real de Uso (CDRU).

Figura 8 – Dados do cadastro geral dos lotes já regularizados em fase de conclusão.

	NÚCLEO CENTRAL	PÔR-DO-SOL	DEZOITO DE ABRIL	SETE DE DEZEMBRO	DEZ DE OUTUBRO	MARISTA	ALTO DA BOA VISTA	TOTAL GERAL
TOTAL LOTES	1119	730	250	375	243	584	964	4265
COM DOCUMENTAÇÃO	947	692	194	352	214	473	817	3689
SEM DOCUMENTAÇÃO	172	38	56	23	29	111	147	576
TOTAL CONCLUÍDO	84,63%	94,79%	77,60%	93,87%	88,07%	80,99%	84,75%	86,49%

Fonte : SHRF

3.4 ORÇAMENTO:

Quanto aos recursos materiais foram utilizados impressos explicativos sobre a regularização fundiária, que servirão de esclarecimento das garantias de direito, foram entregues aos usuários a cada visita as comunidades mais próximas ao CRAS Oeste e também em cada vila da Nova Santa Marta. Os recursos financeiros gastos com a confecção dos informativos resultaram em um total de R\$ 115,00 reais

3.5 PRODUTO E AVALIAÇÃO PROPOSITIVA DO PROCESSO DE TRABALHO NO ESTÁGIO II

Em busca da finalização deste projeto que enfatiza e revela o acolhimento, a escuta sensível ao longo do processo dos trabalhos desenvolvidos sobre o a população do município de Santa Maria, sob a participação em encontros, o aprendizado produzido através dos espaços disponibilizados no CRAS (Centro de

Referência em Assistência Social), na região oeste de Santa Maria, contribuem para o embasamento da construção do projeto.

O projeto possibilita aprender os movimentos de constituição sócio Histórico da profissão, frente à trajetória de ruptura com o conservadorismo a construção do Projeto Ético – Político Profissional lado a lado a classe de luta pela moradia e dos seus segmentos sociais oprimidos. É possível desvelar a questão social que coloca como objeto a intervenção para os profissionais de Assistência Social. Destaca-se a experiência, a aproximação através dos espaços do CRAS na região oeste, em que se inserem os profissionais, frente aos quais se incluem as políticas públicas.

Pode-se compreender a estratégia de trabalho, multiprofissional na consolidação da intersetorialidade para assim efetivar a legítima integralidade dos sujeitos para que acessem de fato as políticas públicas. Manifestam-se os desafios e as possibilidades a fim de intervir mesmo distante do êxito por meio de debilidades do Estado, neste espaço público em geral. Também se identifica a escassez de trabalhos e materiais frente a temática dos movimentos sociais pela luta da moradia no Serviço Social gaúcho, com poucas publicações da categoria. Entretanto salienta-se a compreensão da escritora Iamamoto no que se refere aos enfrentamentos das desigualdades nesta conjuntura e no que tange a profissão: “... os sujeitos estão inseridos, preenchidos por uma complexa desigualdade social que também produz resistência” (IAMAMOTO, 2000)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O déficit de moradia, umas das expressões da questão social é hoje sem duvidas um problema do Estado que através do capitalismo e do avanço das políticas neoliberais, só apropria-se da habitação quem tem condições de pagá-la. No ultimo século, ocorreu o abandono do campo pelas grandes cidades gerando um déficit habitacional, reforçado pela expansão do capitalismo, onde o Estado se inserirá nesse contexto econômico e ocorrerá a falta de recursos econômicos para moradias.

Procurou-se conduzir esse estudo para compreender o processo de ocupação, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia do Bairro Nova Santa Marta, envolvendo a formação organizada de grupos para a ocupação nas terras da Fazenda Nova Santa Marta .Pode –se compreender que o direito a habitação é tão importante e vital quanto o direito a saúde,a educação em consequência o direito a Regularização Fundiária ,a cidadania .Destaca-se o período de estagio ,foi primordial para a construção acadêmica e profissional pois possibilitou analisar a realidade para traçar metas ,alternativas e aperfeiçoar o trabalho em campo no período de estagio .Contribuindo com a equipe multiprofissional e com os usuários do programa habitacional .A elaboração do projeto foi importante pois possibilitou aproximação com a equipe multiprofissional e com os moradores do Bairro Nova Santa Marta.O projeto desenvolvido durante o trabalho de conclusão de curso, no 8º Semestre do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, decorreu em busca de vínculo e pertencimento do usuário ao seu benefício da moradia como se descreve:

Ter um lugar para permanecer e desenvolver-se está ligado aos anseios do indivíduo, pois para alcançar as necessidades básicas da vida como relaxar, trabalhar, educar-se, faz-se necessário um lugar fixo e amplamente reconhecido por todos “A moradia consiste em bem irrenunciável da pessoa natural, indissociável de sua vontade e indisponível, que permite a fixação em lugar determinado, não só físico, como também as fixação dos seus interesses naturais da vida cotidiana, exercendo-se a forma definitiva pelo indivíduo, e, secundariamente, recai o seu exercício em qualquer pouso ou local, mas sendo objeto de direito e protegido juridicamente. O bem da “moradia” é inerente a pessoa e independente de objeto físico para a sua existência e proteção jurídica. Para nos, “moradia” é elemento essencial do ser humano e um bem extrapatrimonial. “Residência” é o simples local onde se encontraria o indivíduo. E a habitação é o exercício efetivo da “moradia”

sobre determinado bem imóvel. Assim, a “moradia” é uma situação de direito reconhecida pelo ordenamento jurídico [...] (SOUZA, 2004, p. 45).

Contudo o trabalho exercido pelo assistente social na SHRF tem firmado em seus fundamentos históricos e teóricos metodológicos subsidiados por valores e princípios éticos, sendo preciso reforçá-los a cada dia para firmar seu importante papel no espaço da Superintendência de Habitação. Desenvolve-se através do acompanhamento social das famílias encaminhadas aos programas Habitacionais de interesse social, além dos cidadãos cadastrados no sistema da Superintendência de Habitação, encaminhados internos e externos tendo a principal demanda por moradias, orientações e encaminhamentos a outros programas sociais disponíveis no município, visando à busca da aplicabilidade do direito à moradia.

REFERÊNCIAS

ALAYÔN, Norberto. Assistência e Assistencialismo. Controle dos pobres ou Erradicação da Pobreza?

ABREU, M. G. Habitação de interesse social no Brasil: caracterização da produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação de 2006 a 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia, UFMT, Cuiabá, 2012.

BEHRING, Elaine Rosseti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. 9 ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de Serviço Social; v.2).

BONDUKI, N.G. Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998. 342p

BRAGA, A.L. C.; et al. A perspectiva de atuação do assistente social na defesa do acesso a moradia e sua relação com o direito à cidade. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10^o. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Decreto Nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Presidência da República. 2007b. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6025.htm>.

Acesso em: 07 ago. 2017.

_____. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Presidência da República. 2009a. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 7 ago. 2017.

_____. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal;

institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nos 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nos 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar no 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei no 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências. Presidência da República. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm#art109>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Minha casa minha vida. (Cartilha). Brasília, 2009

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, Código de ética Profissional

CARVALHO, Celso Santos. O programa papel passado. 2007. In: ROLNIK, Raquel et al. Regularização Fundiária sustentável: conceitos e diretrizes. – Brasília: Ministério das Cidades, 2007. 304 p.

CEF. Caixa Econômica Federal. Caderno de Orientação Técnico Social. 2010. Disponível em: <http://www.fetaesc.org.br/082012/documentos_engenharia_e_social/8.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2017.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão. Brasília (DF): CFESS, 2016.

FARIAS, L.C. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA PERIFERIA URBANA EM SANTA MARIA /RS: O CASO DO BAIRRO NOVA SANTA MARTA. 2011 DISSERTAÇÃO DE MESTRADO.

GUERRA, Y. Ensino da prática profissional no Serviço Social: subsídios pra uma reflexão. Diretrizes curriculares: polemicas e perspectivas. Temporais, Brasília: ABEPSS, ano I, n.2, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. – 11.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. – 26 ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

_____, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.* – 41 ed.- São Paulo: Cortez, 2014.

KOWARICK, Lúcio (org). *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, passado e presente.* 2 ed. ver. e atual. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MARICATO, Ermínia. *Brasil 2000: qual planejamento urbano?* Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, p. 113-130, 1997. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0By1DYFPclamKRUpER3ZMblZxNik/view>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

MOTTA, Luana Dias. *A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade (2011)* Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 28 mar.2017.

NALIN, Nilene Maria. *O trabalho do assistente social na política de habitação de interesse social: o direito à moradia em debate.* 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5552/1/000452191-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

NETTO, Jose Paulo. *Economia Política. Uma Introdução Crítica .8ª ed.* São Paulo: Cortez /2006. - (Biblioteca básica de Serviço Social; V.1).

PERIN, Silvana Dóris. *A visita domiciliar como instrumento de apreensão da realidade social.* In: *Encontro Nacional do Serviço Social no Ministério Público – ENSSMP, 2, Brasília. Anais...* Brasília, 2008. Disponível em: <http://mpdft.gov.br/senss/anexos/Anexo_7.6_-_Silvana_Doris.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

SANTA MARIA (RS). *Lei Nº 5.309, de 13 de maio de 2010. Alteram dispositivos da Lei Municipal nº 5189/09, de 30/04/2009 e cria a Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária e dá outras providências.* Câmara de Vereadores. 2010a. Disponível em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/2010/LM_5309_10.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2017.

_____. *Lei Municipal nº 5338, de 23 de julho de 2010, que Institui o Programa de Regularização Fundiária no Município de Santa Maria, e dá outras providências.* 2010b. Disponível em: <<http://iplan.santamaria.rs.gov.br/uploads/norma/17674/lei.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2017.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Programa Minha casa minha vida. (Conferências).* Brasília, 2012. MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Secretaria Nacional de Habitação. Déficit habitacional no Brasil 2008.,* Brasília, 2011. MINISTÉRIO DAS CIDADES.

Sistema Nacional de Avaliações – SINAT. [Consultado a 29 fevereiro 2012]. Disponível em www.cidades.gov.br/pbqp-h/projetos_sinat.php

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. Marilda Villela lamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO SECRETARIA DE POLÍTICA URBANA DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO - MPO. Critérios Mínimos para habitações térreas de interesse social. São Paulo: Instituto de Pesquisas tecnológicas do Estado de São Paulo, IPT. 84p.

BRASIL. Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001.Regulamenta os art. .182 e 183 da constituição Federal, estabelece diretrizes geral da política urbana e da outras providencias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Casa Civil. Santa Maria ,2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Regularização Fundiária. Santa Maria ,2017.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto – lei nº 5659, de 26 de junho de 2012. Política Municipal de Habitação de Interesse Social.Santa Maria 2012.

SANTA MARIA (RS). Lei Nº 5309, de 13 de maio de 2010. Altera dispositivos da Lei Municipal Nº 5189/09, de 30/04/2009 e cria a Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária e dá outras providencias.

SANTA MARIA (RS). Lei Nº 5769, de 27 de junho de 2013.Alterar a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, fixada pela Lei Municipal Nº 5189/09, e o quadro de cargos em comissão e Funções Gratificadas, criado pela Lei Municipal Nº 4821/05 e da outras providencias imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Presidência da República. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm>. Acesso em: 12 ago. 2017.

SANTOS,S.Josiane PARTICULARIDADES DA “QUESTÃO SOCIAL”NO CAPITALISMO BRASILEIRO, 2018.TESE DE DOUTORADO.